

25 a 28
Mar
2017



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Juízas superam machismo para exercer a profissão

As primeiras mulheres a ingressarem na magistratura no Estado foram homenageadas pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) ontem. Até chegar ao reconhecimento, elas encararam obstáculos por serem mulheres.

A desembargadora Catharina Maria Novaes Barcellos, a primeira que chegou ao cargo no Estado, disse que o principal desafio em sua carreira foi superar o machismo que encontrou logo após ser aprovada no concurso para juíza.

“Eu fui uma das três primeiras juízas do Estado. Era uma grande responsabilidade. Depois, fui a primeira desembargadora. E foi difícil sim enfrentar o machismo. Se desse certo, teríamos mais mulheres no Judiciário, se não desse, seria mais difícil que outras viessem”, afirmou.

A juíza aposentada Victoria

Consuelo Carreira de Lima ingressou no Tribunal em 4 de janeiro de 1983, e foi a primeira mulher a exercer a função no Estado. Hoje, são 114 juízas atuando no TJ-ES.

“Foi desafiador e foi uma vitória. Tenho orgulho de ter aberto as portas da magistratura para as mulheres no Espírito Santo numa época em que ser juiz de Direito era um privilégio apenas de homens e muitas mulheres sequer tentavam a prova”, disse a juíza aposentada.

A servidora com o maior tempo de atividade hoje no TJ-ES, Danilza Pina Bernardes, entrou no Tribunal em 1977, época em que quase todo o quadro era formado por homens.

“Havia uma cobrança maior sim em torno de nós, mulheres. Tínhamos de provar que éramos

capazes. E tenho muito orgulho dos meus 40 anos aqui”, declarou Danilza.

Hoje, o TJ-ES tem três desembargadoras em atividade. Eliana Junqueira Munhós Ferreira, Janete Vargas Simões, que foi representada pela juíza Edinalva da Penha Binda e, ainda, Elisabeth Lordes. Elas também foram homenageadas pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Annibal de Rezende Lima.

HOMENAGEADAS

Elas fizeram história

- > **VICTORIA CONSUELO** Carreira de Lima, 1ª juíza do Espírito Santo. Ingressou no Judiciário em 4 de janeiro de 1983.
- > **CATHARINA MARIA** Novaes Barcellos, 1ª desembargadora do TJ-ES. Atuou 22 anos como juíza e 10 anos como desembargadora.
- > **DANILZA PINA** Bernardes, servidora mais antiga em atividade no TJ-ES, ingressou em 4 de agosto de 1977.
- > **ELIANA JUNQUEIRA** Munhós Ferreira, desembargadora em atividade no TJ-ES. Foi juíza por 25 anos e promovida em 2012.
- > **JANETE VARGAS** Simões, desembargadora em atividade no TJ-ES. Foi juíza por 24 anos e promovida em 2014.

THIAGO COUTINHO/AT



Reportagem Especial

SISTEMA CARCERÁRIO

Acusados de morte na fila do júri

Num universo de 6.448 processos envolvendo réus presos provisoriamente no Estado, 1.993 são de processos de presos por crimes como homicídio, de competência do tribunal do júri. O Estado tem 7.988 presos provisórios – sendo que um processo pode envolver mais de um detento.

Os números foram apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com dados do Tribunal de Justiça do Estado e da Secretaria de Estado da Justiça até janeiro deste ano.

A falta de competência do tribunal do júri representa casos com réus que serão julgados ou foram condenados por um júri popular, mas que ainda aguardam, em prisão provisória, o julgamento de seus recursos.

Juristas explicam que vai a júri popular quem comete crimes dolosos contra a vida (em que há intenção de matar). Além do assassinato, o infanticídio (matar crianças) e feminicídios (quando se mata mulher pela condição de ser

mulher) estão inclusos.

No Estado, grande parte dos casos levados a júri é de homicídio e feminicídio, segundo a coordenadora das Varas Criminais de Execuções Penais no Estado, juíza Gisele Oliveira.

“A maioria dos homicídios está relacionada ao tráfico. Esses 1.993 casos retratam que a Justiça está trabalhando para resolver um dos crimes mais graves no Estado, o homicídio”, afirmou a juíza.

“A Justiça está trabalhando para resolver um dos crimes mais graves no Estado, o homicídio”

Juíza Gisele Oliveira

BRASIL

Em âmbito nacional são 31.610 processos envolvendo presos provisórios. Dentre os casos está o do goleiro Bruno Fernandes, ex-jogador do Flamengo e agora atleta do Boa Esporte (MG).

Condenado por um júri popular, ele aguardava o julgamento de seu recurso em prisão provisória há mais de seis anos e foi solto em 24 de fevereiro deste ano, ao receber habeas corpus do Supremo Tribunal Federal, por excesso de prazo em sua prisão.

Ele foi condenado em 2013 pelo



JUÍZA GISELE OLIVEIRA explicou que grande parte dos casos levados a júri é de homicídio e feminicídio

SAIBA MAIS

Processos do júri são 30,9%

➤ NO ESTADO EXISTEM 6.448 processos envolvendo réus presos por diferentes crimes. Destes, 1.993 são processos do júri.

➤ O PERCENTUAL de processos envolvendo réus presos de competência do tribunal do júri em relação aos que

envolvem réus presos de ritos diversos do júri é de 30,9%.

➤ PROPORCIONALMENTE, o Espírito Santo é o estado que tem mais processos de competência do tribunal do júri, envolvendo réus presos, em todo o País.

PENITENCIÁRIO DE VIANA, onde está localizado o Centro de Detenção Provisória de Viana II, que possui 1.219 presos, sendo que possui 904 vagas



Centro de detenção superlotado

Em um panorama dos presídios no Espírito Santo, o que se encontra em sua maioria é superlotação. Entre Centros de Detenção Provisória, Vila Velha é a que abriga o caso mais grave de superlotação.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dos 11 centros de Detenção Provisória do Estado, o maior destaque é para o Centro de Detenção Provisória de Vila Velha.

O presídio suporta 535 presidiários, porém, possui 872 detentos, ou seja, existem 337 pessoas a mais do que o ideal. Os dados foram analisados em consulta feita pela reportagem ao CNJ no último dia 23.

Em segundo lugar aparece o Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim, Sul do Estado, com 224 vagas, mas 550

presos provisórios. Isso quer dizer que existem 326 detentos a mais.

Os números de presos provisórios no Centro de Detenção Provisória de Viana II também assustam: são 1.219 presos. O local permite 904 vagas.

Há presença de presos provisórios em penitenciárias pelo Estado que são significativas também.

“A gente sabe que o Judiciário está sobrecarregado e, às vezes, demora a marcar audiência para

“Muitas vezes, levo em consideração a proximidade familiar, pois facilita na ressocialização”

Wallace Pontes, sec. Estado da Justiça

juiz sentenciar. Muitos ficam um período considerável a mais por essa causa. Foi uma estratégia muito boa a audiência de custódia para desafogar o judiciário”, opinou o presidente do Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Estado, Sostenes Araújo.

O secretário de Estado da Justiça (Sejus), o delegado federal Wallace Tarcísio Pontes, observou que a situação de superlotação é nacional e que pesam na distribuição de presos em cada centro provisório itens como proximidade da família com a unidade.

“Muitas vezes, levo em consideração a proximidade familiar, pois facilita na ressocialização do interno. Não podemos romper laços socioafetivos. A questão do perfil do preso pode influenciar também”, explicou.

Justiça cria projeto para agilizar processos

Cumprindo acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que pede celeridade nos casos de presos provisórios, a coordenadora das Varas Criminais de Execuções Penais no Estado, juíza Gisele Oliveira, contou que no último dia 6 intensificou atividades nesse sentido com a criação do projeto Corpo Concentrado nas Varas Criminais.

O projeto conta com um grupo de juizes voluntários para agilizar os processos. Por enquanto, o projeto acontece só na 1ª Vara Criminal de Linhares. “Detectamos que na vara havia em torno de 700 presos provisórios, um dos maiores números”, contou a magistrada.

Ela explicou que vai acompanhar de perto os resultados para a queda de número de presos provi-

sórios. “Um grupo de juizes da cidade está assumindo parte do dia para analisar os processos da 1ª Vara Criminal de Linhares, sem deixar o serviço”.

Também foi expedido um ofício para todos os juizes criminais darem celeridade a casos de prisões cautelares. O Tribunal de Justiça do Estado vai apresentar ao CNJ o resultado das ações desenvolvidas na primeira quinzena de maio.

O juiz a 7ª Vara Criminal de Vitória Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, acredita que uma reforma na legislação pode reverter o quadro de superlotação. “Tem de haver uma mudança no processo penal, pois são permitidos muitos recursos. Às vezes, esses pedidos de recursos são em busca do excesso de prazo”, explicou.



JUIZ CARLOS EDUARDO LEMOS diz que são permitidos muitos recursos

INVESTIGADOS

Justiça determina ida de familiares de PMs para presídios comuns

Quatro presos por envolvimento em paralisação da PM terão que deixar Quartel

CAÍQUE VERLI
cvsousa@redgazeta.com.br

A Justiça determinou que quatro presos investigados por envolvimento na paralisação da Polícia Militar no início do mês passado sejam transferidos do Quartel da PM para presídios comuns.

Cláudia Bispo, mãe do soldado Bispo, Ângela Souza, esposa do PM Wellington, e Izabella Andrade, mulher do ex-soldado da PM Walter Matias Lopes, serão levadas para o Centro de Detenção Provisória Feminino de Viana. A decisão também é válida para Matias, que será encaminhado para a Penitenciária de Segurança Média I, também em Viana, local destinado a ex-servidores públicos.



Walter Matias Lopes, sua esposa Izabella Andrade, Cláudia Bispo e Ângela Souza serão transferidos

Eles ficarão separados dos presos comuns.

Segundo o advogado de Cláudia e Ângela, Alexandre Cruz Hegner, as três mulheres tiveram crise nervosa após saberem da transferência, na noite de sexta-feira, e foram encaminhadas para o Hospital da Polícia Militar, em Vitória, onde estão internadas.

"Elas ficaram muito abaladas, com medo. A tentativa de transferência foi feita durante a noite de

sexta-feira, o que não é o habitual. O normal é que elas fossem transferidas durante o dia e não dessa forma", diz o advogado.

Cláudia, Ângela e Matias foram presos durante operação batizada de "Protocolo Fantasma", do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), com o apoio da Corregedoria da Polícia Militar e da Força Nacio-

ABALO

"Elas ficaram abaladas porque a tentativa de transferência foi feita durante a noite"

ALEXANDRE CRUZ
Advogado de presas

nal. Izabela foi presa na quinta-feira, em desdobramento da operação.

Segundo nota do MPES, "o Gaeco investiga os integrantes de uma organização criminosa que, sob pretexto de reivindicar aumento salarial e outros benefícios aos policiais militares, valem-se de atentados contra serviços de utilidade pública, apologia a fatos criminosos, motim/revolta, ameaças a autoridades, dentre outros

crimes. Diante dos elementos probatórios colhidos, as medidas cautelares acima descritas se mostram indispensáveis".

Inicialmente, os investigados foram levados para o Quartel porque a ida para presídios comuns representaria um risco para a vida deles, por causa do vínculo com policiais militares da ativa.

Porém, segundo decisão da juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira, a Secretária de Estado da Justiça (Sejus) confirmou existência de vagas, em alas separadas dos presos comuns.

A Sejus informou que os investigados ainda não deram entrada no presídio. O advogado Alexandre Cruz vai esperar o resultado de uma avaliação médica e psicológica para decidir se vai recorrer da transferência de Cláudia e Ângela.

CARLOS ALBERTO SILVA E REPRODUÇÃO FACEBOOK

Acusados de incitar motim vão ser transferidos

A Justiça determinou que quatro pessoas acusadas de incitar a greve dos policiais militares no Estado, presas na Operação Protocolo Fantasma, sejam transferidas do Quartel do Comando-Geral da PM para presídios comuns.

A decisão judicial ordena que Izabela Renata Andrade, mulher do ex-PM Walter Matias Lopes, Ângela Souza Santos, mulher de um PM, e Cláudia Gonçalves Bispo, mãe de um soldado, sejam levadas ao Centro de Detenção Provisória Feminino de Viana. Já o ex-PM Walter Matias Lopes será levado para outro presídio.

Segundo o advogado Alexandre Cruz Hegner, que fazia a defesa de Izabela e Cláudia, elas passaram mal, após serem informadas da transferência, foram levadas ao Hospital da Polícia Militar, e continuam internadas.

“Elas só foram comunicadas da decisão na sexta-feira, na hora da transferência. Elas já não estavam bem psicologicamente, então passaram mal e foram hospitalizadas”, disse Hegner, que deixou o caso ontem, por decisão da família.

ACERVO PESSOAL

Menor acusado de matar policial civil em Colatina é internado

O juiz da Vara da Infância e da Juventude de Colatina, Ewerton Nicoli, condenou o adolescente de 17 anos, que matou o policial civil, Mário Marcelo de Albuquerque, o Marcelinho, de 44 anos, no dia 7 de fevereiro, em Colatina, pela prática de latrocínio e associação criminosa. O menor ficará internado por três anos.

O crime aconteceu na BR-259, no distrito de Baunilha, quando dois policiais civis perceberam que um motociclista estava sendo assaltado. Os policiais deram voz de prisão, e o menor efetuou dois disparos.



MARCELINHO foi morto no distrito de Baunilha

Fundão ainda sob gestão interina

DIVULGAÇÃO

**VIATURA** em frente à prefeitura

Em Fundão, os 100 dias de administração devem ser completados pelo prefeito interino Eleazar Lopes (PCdoB). Devem, porque nem mesmo Eleazar sabe até quando ficará no cargo.

“Eu estou trabalhando como se fosse ficar como prefeito pelos quatro anos, mas sei que posso sair a qualquer momento”, disse Eleazar, que foi eleito presidente da

Câmara de Vereadores e assumiu o cargo de prefeito após a Justiça indeferir o pedido de candidatura do prefeito eleito Anderson Pedroni (PSD).

“Essa situação não é boa para o município. Fornecedores e até mesmo profissionais contratados por meio de concurso nesse período ficam receosos, mas tenho feito o melhor trabalho possível”, co-

mentou Eleazar.

De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), a decisão sobre a situação no município de Fundão será avaliada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por meio de nota, o TRE-ES informou que é o TSE quem decidirá se haverá uma nova eleição e que não existe prazo para que Eleazar Lopes continue como prefeito.

DIREITA BOLIBRIGNON

PREFEITURA DE LINHARES

Depósitos judiciais vão pagar dívidas

Valor será usado pelo município para quitar precatórios de pessoas físicas e jurídicas

de RAFAEL SILVA
rfeitas@redgazeta.com.br

Com os salários de dezembro de 2016 ainda em atraso, a Prefeitura de Linhares decidiu lançar mão de recursos depositados em juízo para tentar reequilibrar as contas. Com aval do Poder Judiciário, o município vai sacar cerca de R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 8 milhões que hoje estão em depósitos judiciais.

A autorização foi publicada no Diário do Poder Judiciário de ontem, e é assinada pelo desembargador Aníbal de Rezende Lima, presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). O montante disponível equivale a 70% do que a prefeitura possui em depósitos judiciais. São valores referentes a processos nos quais o município é parte.

O recurso foi solicitado

pelo ex-prefeito Nozinho Corrêa (PRTB), quando ainda estava no comando do Executivo municipal. Segundo o secretário de Finanças de Linhares, Bruno Marianelli, o dinheiro vai ser usado para pagar precatórios de pessoas físicas e jurídicas acumulados durante a última gestão. Ele fez uma série de críticas à situação fiscal herdada, e diz que o recurso chega em boa hora.

“Estamos fechando ainda a prestação de contas de 2016, mas já chegamos a uma estimativa de R\$ 4 mi-

lhões em precatórios que o município deve. São valores que, se não fossem pagos, a Justiça poderia ‘sequestrar’ esse montante do nosso caixa, o que geraria um transtorno. Além disso, o que teríamos que pagar pode ser usado em outras áreas”, afirma.

Marianelli lembra que os servidores não receberam salários de dezembro e que assumiu a pasta, em janeiro de 2017, com quatro meses de contas atrasadas. Desde janeiro, os gastos com pessoal estão sendo efetivados e o mês de dezembro foi parcelado, após acordo com os funcionários. “Optamos por seguir o que diz a lei, que coloca esses recursos de depósitos judiciais disponíveis para o pagamento de precatórios. Não sei se o gestor anterior iria usar dessa forma”, disse o secretário.

De acordo com Marianelli, tão logo o montante seja disponibilizado, os precatórios serão pagos. Os outros 30% do valor referentes aos depósitos em juízo vão



Fachada da sede da Prefeitura de Linhares: dinheiro evita retiradas do caixa

permanecer em um fundo.

A medida é garantida pela Emenda Constitucional 94, promulgada em dezembro de 2016, que permite a Estados e municípios a utilização de 70% dos depósitos judiciais. A Associação dos Magistrados Brasileiros questiona o mecanismo, justamente pela incerteza sobre a capacidade financeira de Estados e municípios em devolverem o valor

quando houver uma sentença favorável ao credor.

A Procuradoria-Geral da República também já pediu que o Supremo Tribunal Federal declare inconstitucional trecho da emenda que permite o uso de depósitos judiciais para pagamento de obrigações do Poder Executivo. Para a PGR, destinar recursos de terceiros para tal fim configura “apropriação do patrimônio alheio”.

DESTINO

“Optamos por seguir o que diz a lei, que coloca esses recursos de depósitos judiciais disponíveis para o pagamento de precatórios”

BRUNO MARIANELLI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

A VERBA

R\$ 5,6 milhões

É o valor que a Prefeitura de Linhares terá à disposição.

PROJETO APROVADO

PMs liberados para trabalhar nos Poderes

Assembleia Legislativa fez sessão extra para aprovar projeto enviado pelo governo

de VITOR VOGAS
vvogas@redgazeta.com.br

A Assembleia Legislativa aprovou ontem o projeto que autoriza o Executivo a ceder 20 policiais militares da ativa para atuarem no Tribunal de Justiça do Estado (TJES) e outros 20 para o Ministério Público Estadual (MPES).

De autoria do próprio governo, o Projeto de Lei 07/2017 foi aprovado cerca de três meses após o governador Paulo Hartung (PMDB) ter sancionado outro projeto, também do Executivo, que obrigava os policiais cedidos a outros Poderes a retornarem às funções na Polícia Militar.

Em fevereiro, a nova lei

entrou em vigor, mas nem sequer chegou a ser cumprida, visto que cerca de 100 policiais não deixaram o TJES e o MPES. Os Poderes alegam que esses PMs exercem atividades que só cabem a policiais da ativa. Para conciliar os interesses, o governo enviou o novo projeto à Assembleia Legislativa.

Nas duas sessões ordinárias anteriores, o requerimento de urgência do líder do governo, Gildevan Fernandes (PMDB), para votação da matéria, não chegou a ser apreciado, por falta de quórum. Ontem, na terceira tentativa, o requerimento foi enfim lido e aprovado. A votação transcorreu tranquilamente, e a base do governo, desta vez, mostrou consistência.

No início da sessão plenária, o deputado Sergio Majeski (PSDB) chegou a pedir



Deputados no plenário da Assembleia Legislativa

a recontagem dos deputados presentes pela Mesa Diretora, mas havia quórum para a votação do pedido de urgência de Gildevan, aprovado por 15 votos a favor

contra três votos contrários, de Majeski, Amaro Neto (SDD) e Da Vitória (PDT). No fim da sessão, Gildevan pediu a realização de outra sessão, extraordinária, logo

ADEQUADO



“É um número de PMs possível e adequado, sem comprometer a atuação da polícia”

GILDEVAN FERNANDES
LÍDER DO GOVERNO

em seguida. O pedido foi aprovado por aclamação.

Quatro comissões precisavam dar parecer oral, em plenário, sobre o projeto: Justiça, Cidadania, Segu-

rança e Finanças. Elas se juntaram em uma só e deram um parecer conjunto, relatado por Sandro Locutor (PROS). O relatório – pela constitucionalidade, legalidade e aprovação – foi seguido por todos os membros das quatro comissões.

O método foi criticado por Majeski. “Como se não bastassem os pedidos de urgência, agora tem-se usado o tempo todo a estratégia de juntar as comissões numa comissão conjunta, o que inibe ainda mais o debate.”

Submetido ao plenário, o projeto foi enfim aprovado por 17 votos favoráveis e três contra a matéria, dados por Majeski, Amaro e Enivaldo dos Anjos (PSD).

O líder do governo avaliou o resultado positivamente. “É uma vitória da sociedade capixaba”, declarou Gildevan.

DIVULGAÇÃO

PROJETO DESFIGURADO

Grupos tentam fugir da reforma da Previdência

Categorias pressionam deputados para escapar de regras que endurecem a aposentadoria no país

◀ A decisão do presidente Michel Temer de retirar os servidores públicos estaduais e municipais da reforma da Previdência provocou uma espécie de “vale tudo” para escapar das mudanças nas regras de acesso à aposentadoria e pensões. Na reta final da apresentação do relatório da proposta, na Câmara dos Deputados, a pressão de diversas categorias para ficarem fora das mudanças só aumentou, e

ameaça desfigurar ainda mais a Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Entre as categorias que mais têm feito pressão estão os policiais federais, juízes e procuradores, os professores, os servidores públicos federais, além dos trabalhadores rurais e daqueles que atuam em área insalubre.

O anúncio de Temer deu fôlego às pressões, com discussões sobre isonomia constitucional. Um professor de universidade federal, por exemplo, só poderá se aposentar aos 65 anos na nova regra geral. Mas um docente de uma universi-

IDADE MÍNIMA

65

anos

É a idade mínima para aposentadoria que o governo que estabelecer em todo o país.

dade estadual poderá ter uma regra mais branda, a depender da reforma que aquele Estado fizer. As diferenças podem criar três categorias de magistério.

Para o presidente da Fe-



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto Almeida nega novas exceções

deração Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Luís Boudens, o governo terá de descobrir um malabarismo jurídico para fazer com que as regras para policiais civis estaduais e guardas municipais sejam diferentes do regime dos policiais federais, rodoviários e

agentes penitenciários. “Essas forças de segurança pública estão regidas pelo mesmo artigo na Constituição. É impossível separar as categorias sem alterar de maneira contundente o texto constitucional”, diz Boudens.

Para o secretário de Acompanhamento Econô-

mico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, a retirada dos servidores estaduais e municipais da reforma não abre caminho para novas exceções no âmbito federal. “Nosso objetivo é uniformizar as regras. Se houver pressão, teremos de falar não”, afirma.



vogas@redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



Tribunais protestam

Os presidentes dos tribunais de Justiça uniram forças e protestaram por meio de uma carta aberta contra um dispositivo do projeto de recuperação fiscal que a União elaborou para os Estados. De acordo com a proposta, caso o saldo das contas dos tribunais de Justiça seja superavitário ao final do mês, a sobra terá que ser repassada ao caixa único do Tesouro estadual. Vice-presidente do TJES, o desembargador Fábio Clem de Oliveira subscreve a carta.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



2,3 mil foram à Justiça em 2016 por terceirização

Só em 2016, a Justiça do Trabalho do Estado recebeu 2.327 ações que têm como assunto a terceirização. Segundo o juiz do trabalho Luis Eduardo Soares Fontenelle, o principal problema que surge está relacionado à verba rescisória. “Metade das ações trabalhistas ajuizadas ano passado versam sobre aviso prévio, 13º, indenização de dispensa e férias. E a terceirização contribui bastante para isso”, diz ele.

Falta fiscalização

Segundo ele, muitas empresas prestadoras de serviço não são adequadamente fiscalizadas pela empresa tomadora do serviço. E o cumprimento das leis trabalhistas fica muito precário nas terceirizadas.

REFORMA NAS APOSENTADORIAS

Decisão do governo provoca impasse jurídico na Previdência

Decisão prejudica o princípio constitucional da isonomia e pode gerar judicialização

◀ A decisão do presidente Michel Temer de deixar de fora da reforma da Previdência servidores estaduais e municipais esbarra num enorme impasse jurídico, segundo técnicos envolvidos nas discussões.

Ao anunciar a medida, contou uma fonte, o governo não levou em consideração que 3.491 municípios não têm regimes próprios de Previdência e, por isso, seus funcionários - um universo de 1,760 milhão de pessoas - estão dentro do regime geral (INSS).

Eles serão afetados pelas mudanças e terão de cumprir idade mínima de 65 anos para se aposentar, por exemplo. Já outros 2,423 milhões de servidores de 2.077 municípios que criaram sistemas específicos não serão atingidos.

Segundo um interlocutor, a medida prejudica o princípio constitucional da isonomia, ao permitir regras distintas para categorias idênticas, às vezes



Previdência Social: rombo fez o governo mudar a reforma em aposentadorias

em municípios vizinhos.

Um professor de uma prefeitura com regime próprio poderá se aposentar aos 55 anos de idade (homem) e 50 anos de idade (mulher). Já outro de um município que está dentro do INSS será obrigado a cumprir idade mínima de 65 anos para se

aposentar. A avaliação é que isso poderá gerar judicialização com chances de o governo perder no Supremo Tribunal Federal (STF).

O risco é o STF condenar a União a conceder regras vantajosas para todos, disse um técnico. Apesar das dificuldades

de ordem jurídica, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência e conselheiro de Temer, Moreira Franco, disse que não há possibilidade de o presidente recuar. Segundo ele, os municípios não criaram seus próprios regimes de aposentaria por opção deles.

ARQUIVO

INTERFERÊNCIA

“O presidente deu o princípio de não interferência na autonomia dos entes federados. Agora, é preciso encontrar uma solução para isso”

INTERLOCUTOR DO PLANALTO

“Eles ficaram dentro do regime geral (INSS) porque quiseram. A solução jurídica é que os estados e municípios aprovem suas próprias leis”, disse Moreira.

Várias reuniões já foram feitas na Casa Civil com técnicos da Fazenda, consultores do Congresso e o relator da proposta na comissão especial que trata do tema, deputado Arthur Maia (PPS-BA). Contudo, até agora não se chegou a uma solução legal. Pela Constituição, cabe à União definir regras previdenciárias mais gerais para todos os servidores (União, Estados e municípios), cabendo aos entes federados legislar so-

bre questões mais específicas, como, por exemplo, aumento da alíquota da contribuição.

REFORMA

Diante do impasse, houve quem cogitasse um recuo do presidente, mas alinhado a um processo de negociação com o Congresso para permitir que professores e policiais se aposentem com regras diferenciadas, um pouco mais duras que as atuais.

Outra ideia seria cumprir a determinação do presidente e pressionar estados e municípios a aprovar as mudanças nas suas esferas. Isso poderá ser implementado via um programa de responsabilidade previdenciária. No caso de não cumprimento, o governo federal poderia intervir no regime de aposentadoria local.

Um interlocutor mencionou que o governo pensa, inclusive, em deixar de fora da reforma somente professores e policiais civis. Outras carreiras, como juizes e procuradores, por exemplo, seriam afetados pelas mudanças como os demais servidores federais e trabalhadores do setor privado.

SISTEMA CARCERÁRIO

Presos esperam até cinco anos por julgamentos

Estado tem 7.988 detentos provisórios, segundo dados do CNJ. Isso representa 41% da população carcerária capixaba

Tais de Holanda

O sistema penitenciário capixaba conta com 19.406 presos, num universo em que há capacidade para 13.764, de acordo com Conselho Nacional de Justiça (CNJ). E, destes detentos, 7.988 são provisórios, ou seja, são acusados de crimes que ainda estão à espera de julgamento e que esperam até cinco anos por uma decisão condenatória, ou que poderá inocentá-los.

Os presos provisórios representam 41% da massa carcerária no Estado, segundo dados do CNJ consultados pela reportagem até sexta-feira — no País, 20% dos presos são provisórios.

Um servidor público, de 57 anos, que pediu para não ter o nome divulgado, lida com a experiência de ter o filho, 24, preso há cinco anos e sem ainda ter o julgamento do



PAI DE PRESO afirma que o filho está preso provisoriamente desde 2012 e será julgado apenas em 3 de abril

foram julgadas ou que já tiveram condenação em primeira instância

Apesar de tribunais superiores indicarem até 90 dias para perma-

CASO

A acusação contra o rapaz é de ter assassinado um adolescente de 17 anos no bairro Joana D'Arc, em Vitória, em 2 de janeiro de 2012. Dezesesseis dias depois, ele foi preso e assim continua. Só no próximo dia 3 que ele vai a júri popular.

A coordenadora das Varas Criminais de Execuções Penais no Estado, juíza Gisele Oliveira, explicou que o número de presos provisórios inclui pessoas que não

foram julgadas ou que já tiveram condenação em primeira instância

foram julgadas ou que já tiveram condenação em primeira instância

foram julgadas ou que já tiveram condenação em primeira instância

foram julgadas ou que já tiveram condenação em primeira instância

Núcleo faz mil pedidos de liberdade

Em 16 meses de trabalho, defensores do Núcleo de Presos Provisórios da Defensoria Pública do Estado conseguiram mobilizar mais de 1.000 pedidos de liberdade provisória em varas criminais no Estado. Estima-se que em 15% dos casos, ou seja 150 deles, o que manteve as pessoas presas foram a morosidade e falhas da Justiça, que acarretaram em lentidão nos processos e em excessos de prazo.

A defensora do núcleo Ana Letícia Attademo Stern contou que o apanhado seguiu até janeiro. Ela contou que em atendimentos dentro dos presídios com internos que não têm condições de ter advogado, os defensores constataram falhas nas manutenções das prisões.

Em um dos casos, um detento entrou no Centro de Detenção Provisória de Aracruz com 30 anos respondendo por homicídio

em 2013. Mas só saiu da prisão aos 34 anos, já em agosto de 2016.

"Nós impetramos habeas corpus após o contato com o detento. Isso ocorreu dois anos e sete meses após sua prisão em que ele não tinha tido sequer um primeiro contato com o juiz".

O núcleo faz visitas mensais nos presídios provisórios da Grande Vitória e faz mutirões no interior, onde não há defensores.

"Nós filtramos casos de quem já está preso há tempos. Atendemos a familiares e a questões de transferências, visitas, saúde..."



DEFENSORA ANA LETÍCIA ATTADEMO STERN contou que em atendimentos nos presídios, os defensores constataram falhas nas manutenções das prisões

PAI DE PRESO

"Não sou pai de um assassino", diz servidor público

Na semana de ingressar no primeiro emprego, numa gráfica, tudo na vida de um jovem mudou. Ele foi parar atrás das grades após acusação de matar com oito tiros um adolescente, 17 anos, em Joana D'Arc, em Vitória, ao lado de um amigo em 2012.

Há cinco anos, o pai dele, um servidor público, 57, que pediu para não ser identificado, aguarda um julgamento para o filho que entrou com 19 anos no presídio e, aos 24, ainda não tem condenação. "Ele estava dormindo na hora que praticaram o crime. Eu vi. Não sou pai de um assassino".

A TRIBUNA - O seu filho vai a júri popular só no próximo dia 3. O que o levou a tanto tempo de detenção?

SERVIDOR PÚBLICO - O processo foi correndo e os defensores entraram com recurso no Superior Tribunal de Justiça para pedir habeas corpus, mas o pedido foi indeferido, pois disseram que meu filho era de alta periculosidade. Mas ele não tem passagens e estava em casa no dia do crime.

> A causa da morte, segundo a polícia, seria por conta de uma discussão a respeito de uma moto. Sabe algo sobre isso?

Foi uma confusão. Ele usava maconha e no primeiro dia do ano de 2012 saiu e fumou muito. Um amigo apareceu com uma moto e afi-

receu carona. Só que eles foram parados pela polícia e foram levados à delegacia, pois a moto estava com registro de furto.

> E o que aconteceu?

Na delegacia, o rapaz contou que ele pegou emprestada a moto com um amigo e eles foram liberados. No dia 3, um conhecido ligou e disse que meu filho era acusado de matar um adolescente no dia anterior. Mas falei que meu filho nem tinha saído de casa. Mesmo depois de ser levado à delegacia a primeira vez, seguiu a vida, pois sabia que não tinha participação no crime. Depois foi preso.

> E como foram esses anos?

Mudei de bairro, por medo, e vivo mudando. Chegamos a ser ameaçados. Durante o processo, um rapaz confessou ter cometido o assassinato e disse que meu filho não tinha a ver. Disse para o juiz que, se não fosse preso, iria cometer mais crimes. Mas nada foi feito e, depois de uns dias, ele foi morto. E é meu filho quem vai passar por júri.

Sonho com o dia que ele será solto. Com essa prisão injusta, eles mataram parte do meu filho. Cinco anos que roubaram de mim o direito de abraçar a quem amo (choro).

“Mudei de bairro, por medo, e vivo mudando. Cinco anos que roubaram de mim o direito de abraçar a quem amo (choro).”

CASO ALEXANDRE MARTINS

Pai de juiz morto se revolta com demora da Justiça

Advogado Alexandre Martins de Castro disse que ainda espera que o último acusado do crime, ocorrido há 14 anos, vá a julgamento

Jéssica Cardoso

“São 14 anos com uma saudade que me causa desconforto. Estou insatisfeito e indignado”. Essa foi a forma que o advogado Alexandre Martins Castro encontrou para descrever a ausência do filho, assassinado na saída de uma academia de ginástica, em Vila Velha, o juiz Alexandre Martins, de 32 anos.

Ontem, quando completou 14 anos do crime, o pai demonstrou revolta com relação à demora para que o juiz aposentado Antônio Leopoldo - apresentado como

tem, o pai do juiz colocou um outdoor em frente a uma maternidade, na avenida Fernando Ferrari, no bairro Mata da Praia, em Vitória.

“A ideia foi porque o tempo vai passando e eu tenho que mostrar à sociedade o que está acontecendo. É uma sensação de impunidade. O objetivo é de provocar discussão. Até onde vai o limite da ampla defesa e onde começa o limite da imoralidade?”, questionou o advogado.

Dentre os julgados pelo crime, estão o coronel da reserva da Polícia Militar, Walter Gomes Ferreira, que foi condenado a 23 anos de prisão, e aguarda recurso em liberda-



ALEXANDRE MARTINS COLOCOU OUTDOOR EM VITÓRIA COMO FORMA DE MANIFESTAR SEU DESCONTENTAMENTO: “Sensação de impunidade”

de; e Claudio Luiz Andrade Baptista, o Calu, que foi absolvido, mas acabou preso, na quinta-feira, em razão de outro crime.

O pai do juiz acredita que o magistrado aposentado, não tendo ido a julgamento por conta da sua posição. “Ele é juiz, consegue sustentar melhor a causa e recursos. Ganha aposentadoria de R\$ 42 mil. Está numa zona de conforto”.

Para que o caso seja encerrado, o advogado disse que está disposto a recorrer ao Conselho Nacional de



RODRIGO GAVINI/AT

Justiça (CNJ), ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, se for preciso, irá a Corte Internacional de Justiça. “Alexandre trabalhava com eficiência e rapidez. Era honesto e rápido, e está sendo vítima da morosidade. Em memória de Alexandre, tem que ter julgamento. Se for a júri, será condenado” destacou o pai.

Um dia antes do crime, na última entrevista concedida ao jornal *A Tribuna*, o juiz Alexandre disse que não iria se intimidar.



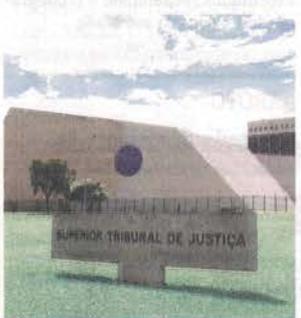
ÚLTIMA entrevista em A Tribuna

Defesa de Leopoldo alega inocência

Sobre as acusações contra o juiz aposentado Antônio Leopoldo, a defesa alegou inocência do acusado e chamou de “método infantil” a instalação do outdoor.

A advogada do acusado Conceição Aparecida Giori, que atua com o advogado Fabrício de Oliveira Campos, disse que o juiz aposentado aguarda que a Justiça reconheça que a acusação é absurda, que o processo não tem provas, e que finalmente o absolva.

Ela esclareceu que a defesa impetrou um recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) por haver divergências no processo. Segundo ela, desde quando ele foi pronunciado na Vara do Tribunal do Júri, em Vila Velha, a defesa in-



RECURSO vai ser julgado no STJ

terpôs um recurso, o Tribunal manteve a decisão e, o caso foi para o STJ pela primeira vez, em um embargo de declaração no recurso

especial. Este, por sua vez, foi acolhido, e o STJ determinou a anulação do julgamento pelo Tribunal, e a 2ª instância foi obrigada a julgar de novo e recurso, porém, se manteve com a pronúncia do acusado para julgamento e foi interposto outro recurso no STJ.

“A defesa do juiz aposentado Antônio Leopoldo lamenta o método infantil usado pela acusação para jogar a sociedade contra um homem inocente”, completou.

Sobre a hipótese de estar buscando prorrogar o caso, a defesa negou. “Não está demorando porque a defesa está fazendo demorar. A defesa tem mostrado que os seus argumentos são justos”, finalizou a advogada de defesa.

O OUTRO LADO

Punição de culpados

Procurado pela reportagem para falar sobre o recurso do juiz Antônio Leopoldo, o Ministério Público do Estado (MP-ES) informou, em nota, que “vem trabalhando arduamente para a punição dos responsáveis do assassinato”.

“Importante ainda esclarecer que o MP-ES nunca deixou de participar de ato de sua atribuição, protelou sua atuação ou descumpriu injustificadamente com seus deveres funcionais. Por fim, o MP-ES salienta que está e sempre esteve à disposição do Sr. Alexandre Martins de Castro, bem como de toda a sociedade”, diz trecho da nota.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Choque de ordem contra flanelinhas

Juiz enviou ofício à prefeitura para que sejam adotadas medidas que evitem a ação dos guardadores de veículos nas ruas

Alessandro de Paula
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Meio Ambiente e Registros Públicos de Cachoeiro de Itapemirim, Robson Louzada Lopes, encaminhou ofício ao chefe da Guarda Municipal do município pedindo que seja coibida a ação de flanelinhas.

A reportagem de **A Tribuna** circulou pela cidade e flagrou a ação deles na avenida Beira-Rio, próximo à Praça de Fátima, no Centro; nas proximidades do Shopping Sul, no bairro Paraíso; e na avenida Linha Vermelha, perto da antiga estação ferroviária.

Neste último local, onde há o maior número de vagas, a ação dos flanelinhas é mais evidente. Eles dividiram a área em três pontos: atrás do prédio da estação; próximo à antiga caixa d'água da ferro-

via e no lado direito da avenida, no sentido Centro.

No ofício enviado à Guarda Municipal, o magistrado ressaltou que “tem notado a presença maciça dos chamados ‘flanelinhas’ nas áreas centrais da cidade, tendo os mesmos ressurgido após a paralisação do rotativo municipal”.

Ele, no entanto, alerta que, apesar desse serviço estar suspenso temporariamente, nenhuma outra pessoa pode realizar tal função “sob pena de usurpar a competência municipal”.

Louzada sustentou a afirmação citando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que atribui aos municípios a competência por implantar, manter e operar o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.

Criado há 22 anos, o estacionamento rotativo funcionou até o dia 23 de março do ano passado.

O serviço foi suspenso pela prefeitura que, na época, alegou estar seguindo recomendação do Ministério Público, uma vez que não houve licitação.

Um novo modelo de estacionamento rotativo foi elaborado pela prefeitura na gestão passada, porém até hoje não foi implantado.

Por meio de nota, a Secretaria



FLANELINHA vigia veículos em Cachoeiro: prefeitura diz que pretende traçar estratégia junto com a Polícia Civil

Municipal de Defesa Social informou que foi comunicada oficialmente pela Justiça e que busca uma ação conjunta com a Polícia

Civil para traçar estratégia a fim de resolver as questões envolvendo a situação dos flanelinhas.

Com relação ao estacionamento

rotativo, a prefeitura informou que está realizando estudos para que seja implantada uma nova legislação referente ao serviço.

REPORTAGEM ESPECIAL

VITOR JUBINI - 21/02/2013



Fachada do Tribunal de Contas do Estado: diante dos casos sem resolução, Corte decidiu criar normas e prazos para acelerar apreciação de dados de prefeituras

TCES TEM 164 CONTAS DE PREFEITOS SEM PARECER

Há casos parados desde 2011; Corte promete acelerar prazos

de **KLEBER AMORIM**
kamoreira@redgazeta.com.br

Prefeitos que saíram, foram substituídos por outros, já voltaram e ainda não tiveram suas contas analisadas pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES). Essa é a realidade que adormece nas gavetas da Corte, que tem ao todo 164 contas anuais de chefes de Executivo paralisadas sem um parecer pela aprovação ou pela reprovação.

As mais velhas datam de 2011 e, nesses casos, a população já foi às urnas por duas vezes (2012 e 2016) votar em candidatos cujas contas não foram sequer analisadas, perdendo, na prática, um item importante de cobrança.

Na Serra, por exemplo, o prefeito Audifax Barcelos (Rede) foi reeleito no último mês de outubro sem ter nenhuma de suas quatro contas anuais do mandato anterior verificadas pelo TCES.

Seu antecessor, o agora deputado federal Sérgio Vidigal (PDT), também possui uma pendente, de 2012. O prefeito Juninho (PPS), em Cariacica, segue o mesmo exemplo e também não teve nenhuma conta do mandato anterior analisada.

Em outro caso, no município de São José do Calçado, José Carlos de Almeida (PMDB) foi prefeito de 2009 a 2012, deu lugar a Lílina Bullus (PSB) de 2013 a 2016, e após quatro anos está de volta à prefeitura sem ter tido seus atos de 2011 apreciados.

"A democracia perde com a insegurança jurídica de votar em candidatos cujas contas não foram nem ao menos julgadas", analisa o doutor em Direito Eleitoral Adriano Sant'Ana Pedra, que se refere ao fato de o prefeito poder perder o mandato em exercício.

Ao apreciar as contas anuais dos prefeitos, o Tri-

CELERIDADE



"Estamos trabalhando para que as análises das contas dos prefeitos fiquem cada vez mais céleres"

ODILSON BARBOSA JUNIOR DO TCES

bunal de Contas analisa os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, os limites legais e constitucionais (aplicação em Saúde e Educação), o montante das despesas com pessoal,

e averigua se os projetos, as metas, as prioridades e os investimentos estabelecidos na lei orçamentária foram atingidos.

O tribunal, porém, não tem papel de punir. As decisões dele sobre as contas dos prefeitos têm conteúdo opinativo, ou seja, o parecer serve para que as Câmaras Municipais tenham embasamento para julgá-las posteriormente.

JULGAMENTO

Os vereadores, sim, poderão decidir pela rejeição ou aprovação das contas do gestor. Conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, somente a deliberação da Câmara pela rejeição pode levar à inelegibilidade de um prefeito ou ex-prefeito. Isso se a Justiça Eleitoral entender que a reprovação se deu devido a ato intencional de improbidade administrativa. Assim, para ficar impedido de disputar um

APRECIÇÃO

6

conselheiros

Esse é o número de integrantes do Pleno do Tribunal de Contas.

DORMINDO

2011

ano das mais antigas

Seis contas daquele ano ainda não foram apreciadas pelo TCES.

outro cargo eletivo, não bastará a avaliação dos tribunais de contas, que apenas auxiliam o Legislativo.

Procurado por A GAZETA, o TCES informou que está ciente da necessidade

de dar celeridade aos julgamentos e à apreciação de seus processos. A Corte cita que aprovou, em novembro do ano passado, resolução que estabelece prazos e metas de redução e eliminação do estoque – entendido como todos os processos que tramitavam na Corte até 31 de dezembro de 2016, inclusive os que estão dentro do prazo constitucional de julgamento, que é de dois anos. O objetivo é eliminar o estoque em quatro anos, sendo 25% em cada ano.

"O tribunal está caminhando uma metodologia de administrar essas prestações de contas. O prazo de julgamento é de dois anos, e é longo. Estamos trabalhando para que a análise fique cada vez mais célere, com uma base de dados para que as próximas que chegarem tenham um tempo bem menor", disse o secretário-geral das sessões do TCES, Odilson Souza Barbosa Junior.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



O cartório da 2ª Vara Cível de Vila Velha informou que não está praticando atos cartorários porque todos os servidores foram aposentados. Restou somente os estagiários. É mole?

Sistema Prisional do ES está há oito meses sem tornozeleiras eletrônicas

Estado está sem o equipamento porque em julho do ano passado o contrato com a empresa que fornecia o serviço foi rescindido.

Os presos provisórios do sistema prisional no Espírito Santo estão há oito meses sem receber tornozeleiras eletrônicas. O Estado está sem o equipamento porque em julho de 2016 o contrato com a empresa que fornecia o serviço foi rescindido.

O preso provisório é aquele que aguarda julgamento. A tornozeleira era utilizada para monitorar e garantir que o acusado se apresentasse à Justiça quando solicitado.

Na época, o secretário de Justiça, Wallace Pontes, destacou que o serviço realizado pela empresa não estava sendo satisfatório. Cerca de 25% dos 1.440 aparelhos instalados apresentaram problemas ou sumiram, resultando em uma indenização de R\$ 1,5 mil por tornozeleira à empresa contratada.

Mas apesar do contrato com a empresa ter sido cancelado, 115 pessoas, que já usavam tornozeleiras na época da rescisão do contrato, continuam sendo monitoradas pela prestadora de serviço. De acordo com a Coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais, Gisele Souza de Oliveira, a falta da tornozeleira eletrônica reduz o leque de opções que o juiz pode usar como alternativa à prisão provisória.

Essa situação é analisada em cada caso concreto, de modo que em algumas situações o juiz mantém o réu preso e em outras ele pode substituir o monitoramento eletrônico por outras medidas e conceder a liberdade provisória. Tudo vai depender da gravidade da natureza do crime, dos antecedentes do réu e outros elementos do processo.

Entretanto, a juíza diz que a tornozeleira eletrônica é uma das alternativas à prisão provisória mais eficiente e sua falta tem consequência no número de prisões.

Secretaria de Justiça

Por nota, a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), informou que a secretaria não está recebendo determinações judiciais para instalação de novos equipamentos, já que o Poder Judiciário Estadual foi informado sobre os problemas enfrentados com a empresa que fornece as tornozeleiras eletrônicas. Comunicou também que uma licitação para contratação de uma nova empresa será aberta em breve.

Cortando na carne

“Há algo de podre no reino da Dinamarca”. A tragédia shakespeariana não se refere ao Brasil, mas a frase de Hamlet adapta-se perfeitamente ao cenário atual. Não se trata aqui de mera alusão à chamada Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal e na qual foram constatadas aparentes irregularidades em alguns frigoríficos, consistentes, por exemplo, no uso de produtos químicos para mascarar carne vencida. Mais do que isso, refere-se ao estado de coisas que envolve não apenas o evento em questão, mas ao próprio sistema de Justiça Criminal.

A divulgação das investigações gerou um manifesto mal-estar. Rapidamente, o governo tentou minimizar os danos decorrentes daquilo que o presidente considerou um “grande alarde”, responsável por um indesejado “embaraço econômico”. As medidas restritivas impostas por diversos países à carne brasileira favoreceu a difusão de afirmações como “o agronegócio não pode ser desvalorizado por um pequeno núcleo” e que estamos diante de um grande “espetáculo” que causou problemas internacionais.

Não podemos afirmar a existência de

irregularidades. Seria leviano de nossa parte acusar e condenar com base apenas em notícias. Contudo, para além das eventuais irregularidades, dos crimes cometidos por agentes estatais e dos danos provocados aos consumidores, é interessante notar que esse episódio apenas confirma a ideia de que a nefasta corrupção não será eliminada com o rigor do sistema punitivo ou por meio de megaoperações. Tais “fraudes” resultam das próprias condições fundamentais da sociedade capitalista e, no máximo, podem ser contidas. A ilusão de que a corrupção será erradicada pelo sistema penal oculta as contradições de um sistema que produz crimes e violência, transformando a economia de mercado no principal fator condicionante das práticas punitivas.

A podridão desse episódio vai muito além das mencionadas irregularidades. Ela atinge algumas convicções sobre a justiça criminal. Esse “espetáculo” ao qual se referiu o presidente não é uma exceção, mas a regra do jogo. Os “embaraços econômicos” são graves, mas não se comparam aos danos provocados à vida de tantas pessoas vitimadas diariamente por esse mesmo sistema.

A ameaça à acumulação de capital provocada pelo próprio sistema penal gerou um desconforto e uma dúvida: será o Estado capaz de cortar na própria carne? Não se sabe, mas é bom lembrar que, em meio a crimes e espetáculos, a autofagia faz parte do funcionamento desse sistema.



DEPUTADOS durante sessão: por 17 votos a 3, os parlamentares aprovaram o projeto que cede policiais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Aprovada a volta de PMs a órgãos públicos

Depois de 2 tentativas frustradas da base aliada do governo, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público terão 20 policiais cada

Giordany Bossato

O projeto de lei que prevê a volta de policiais militares ao Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) e ao Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) foi aprovado por 17 votos a 3, em sessão extraordinária, na tarde de ontem. Houve uma abstenção.

Depois de duas tentativas frustradas, finalmente os deputados que compõem a base do governo conseguiram aprovar o pedido de

urgência de dois projetos: a volta dos PMs aos órgãos públicos e a doação de um terreno em Boa Esperança para a construção de uma escola.

Agora, tanto o MP-ES quanto o TJ-ES poderão ter até 20 policiais militares para fazer a segurança das instituições. De acordo com o projeto, o pagamento será feito pela instituição que recebe os policiais. No entanto, existe a possibilidade do pagamento ser feito pelo Executivo, em caso de convênio.

O líder do governo na Assembleia, o deputado Gildevan Fernandes (PMDB), avaliou que essa votação é a conclusão de uma discussão que teve início em outubro passado, quando **A Tribuna** denunciou a presença de policiais militares na Assembleia para fazer assessoria.

“Nós tínhamos o clamor da sociedade que era contrária ao eleva-

do número de policiais em órgãos burocráticos. Agora isso está regulamentado”, avaliou Gildevan.

O deputado Sergio Majeski (PSDB), um dos três que votaram contra o projeto juntamente com Amaro Neto (SD) e Enivaldo dos Anjos (PSD), criticou a votação a toque de caixa.

“Se todo projeto que vem do governo passar a ser votado em regime de urgência será problemático porque não dá tempo de discutir nada. No ano passado, o próprio governo enviou um projeto para que os policiais fossem retirados dos órgãos, e agora manda outro projeto para que eles voltem para lá?”, reclamou.

O Tribunal de Justiça e o Ministério Público foram procurados para se manifestar, mas não responderam. Os órgãos já cobraram a presença de policiais nos locais.

MOBILIDADE URBANA



Taxistas fecharam o trânsito e fizeram uma barreira com pneus na saída da Segunda Ponte

Aplicativo de taxistas vai oferecer até 50% de desconto

Taxistas vão poder atuar em toda a Grande Vitória após acordo com MP e prefeituras

WANESSA SCARDUA
wscardua@redgazeta.com.br

Um aplicativo criado pelo Sindicato Profissional dos Motoristas de Táxi (Sindtavi) para a solicitação de serviços de táxis na Grande Vitória vai dar até 50% de desconto nas corridas, aceitando o pagamento com cartões de débito ou crédito, além de dinheiro.

Com claro objetivo de competir com a Uber — empresa que oferece transporte privado urbano através de aplicativo —, a ferramenta permitirá ainda avaliar o serviço e denunciar irregularidades dos motoristas.

Para que o Seu Táxi, nome dado ao aplicativo, passe a funcionar, o Sindtavi pediu uma reunião com representantes das prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Guarapari. O encontro ocorreu ontem no Ministério Público do Espírito Santo (MPES), que mediu a discussão.

Durante a reunião, o presidente do Sindtavi,

FAVORÁVEL

“Vai beneficiar a categoria e os passageiros, que contarão com outra opção de serviço com preço atrativo”

OBERACY HEMMERICH
SECRETÁRIO DA SETRAN

João Valiati, informou que a categoria explicou o funcionamento do aplicativo. “Funcionará por GPS, indicando já o valor médio da corrida, com o desconto. A intenção é que a adesão ao aplicativo seja obrigatória para os taxistas.”

O Ministério Público explicou, por nota, que “por meio da 35ª promotora de Justiça Cível de Vitória, discute a possibilidade de assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a implantação de melhorias no serviço de táxi”.

Esse TAC, segundo o MPES, seria assinado junto ao sindicato e aos municípios da Grande Vitória. O termo será enviado aos envolvidos dentro de uma

semana e a assinatura está prevista para 11 de abril.

O documento determinará que os taxistas atendam a chamados nas diferentes cidades da Grande Vitória. Porém, eles não poderão fazer ponto fora de onde os táxis estão registrados. Outra medida prevista é que as corridas só sejam feitas com o taxímetro ligado.

PREFEITURAS

O secretário de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória (Setran), Oberacy Hemmerich Júnior, informou que o município é favorável ao aplicativo. “Vai beneficiar a categoria e os passageiros, que contarão com outra opção de serviço com preço atrativo”, disse.

A Prefeitura de Vila Velha se posicionou a favor do serviço, afirmando que “moderniza o atendimento aos usuários, de maneira a trazer mais agilidade, segurança, conforto, além de possibilitar maior fiscalização por parte da prefeitura”.

O município destacou que a proposta será estudada juridicamente pela Procuradoria de Vila Velha.

ENTENDA

NOVO APLICATIVO SEU TÁXI

▼ **Implementação**
Depende da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pelos cinco municípios envolvidos (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Guarapari) junto ao Sindtavi e ao MPES.

▼ Abrangência

A proposta prevê que taxistas possam atender a chamados em todos os municípios envolvidos, podendo levar e buscar passageiros, sem fazer ponto.

▼ Funcionamento

O Seu Táxi funcionará por GPS, com acionamento para o motorista mais próximo do local da corrida. O passageiro indicará o local de origem e o de destino no aplicativo, que calculará o preço médio da corrida, já com desconto. O desconto será concedido sobre o valor indicado no taxímetro, que permanecerá ligado.

▼ Pagamento

O aplicativo aceitará

pagamento em dinheiro ou por meio de cartões de crédito e débito, cadastrados no Seu Táxi. No caso dos pagamentos através de cartões, o Seu Táxi destinará 2% da quantia da corrida para entidades carentes.

OPÇÕES ATUAIS EASY TÁXI

▼ Atendimento geral

Aplicativo permite que os taxistas cadastrados possam buscar e levar passageiros de um município para o outro, sem impedimento.

99TAXIS

▼ Barreira eletrônica

Taxistas só podem fazer corridas pelo aplicativo nos municípios onde seus veículos estão cadastrados para atuar.

UBER

▼ Serviço privado

Serviço de transporte privado urbano baseado em aplicativo que integra motoristas cadastrados (não são taxistas). Acionamento da corrida é por GPS e o pagamento pode ser através do aplicativo.

Municípios vão avaliar proposta

As prefeituras da Serra e de Cariacica não se posicionaram nem contra e nem a favor do aplicativo proposto na reunião mediada ontem pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES).

Por nota, a Prefeitura da Serra disse que enviou representantes à reunião.

“O Ministério Público e o Sindicato dos Taxistas ficaram de enviar as minutas do TAC para a Procuradoria Geral da prefeitura, que vai analisar o texto. Por enquanto, o Código de Posturas do município não prevê o uso de aplicativos para transporte de passageiros”, diz a nota.

A Prefeitura de Cariacica também disse que irá aguardar que o TAC seja analisado pela Procuradoria Municipal.



Com prisão decretada, ex-deputado foge de cerco policial no ES

O movimento supostamente controlado pelas mulheres dos militares perdeu a força após 21 dias de paralisação. No sábado, o governo estadual aceitou fechar mais um acordo com o grupo, estabelecendo um encontro para discutir reivindicações da categoria no dia 2 de março. Ficou decidido que não haveria mais punições de militares.

Uma equipe de especialistas em comunicação digital ajudou a reportagem a rastrear o movimento de apoio nas redes sociais ao motim da PM. Bolsonaro publicou ontem em sua página no Facebook a mesma resposta que deu ao Estado, informando que só se manifestaria sobre o assunto ao vivo e desde que a conversa fosse gravada em vídeo. A defesa dos envolvidos não foi localizada.

Com prisão decretada, ex-deputado foge de cerco policial no ES

Capitão Assunção e outros três militares são acusados de incitar motim em Vitória; secretário estadual fala em ‘terrorismo digital’

A Justiça Militar do Espírito Santo decretou neste sábado, dia 25, a pedido do Ministério Público Estadual, a prisão de quatro policiais por envolvimento no motim dos policiais militares do Estado. Eles são acusados de incitar o movimento e de aliciamento de outros policiais com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

A polícia tentou prender os quatro em suas casas, mas não os encontrou. Um deles, o ex-deputado federal e militar da reserva conhecido como capitão Assunção, foi encontrado mais tarde no 4º Batalhão da PM, em Vila Velha. Os policiais da Corregedoria da PM chegaram a detê-lo, mas ele escapou.

Segundo agentes da equipe que tentou prendê-lo, Assunção, que é aliado do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), conseguiu fugir em meio a um tumulto criado por um grupo de colegas e de mulheres de policiais amotinados, que se manifestava em frente ao quartel. Houve troca de empurrões e o ex-deputado escapou depois de receber voz de prisão.

Dos quatro militares que tiveram a prisão decretada, apenas o tenente coronel Carlos Alberto Foresti havia sido detido até a conclusão desta edição. O oficial se apresentou no sábado na unidade da Polícia Militar de Itaperuna, no Rio de Janeiro, e foi encaminhado para o presídio da Polícia Militar do Espírito Santo, em Vitória.

A Polícia Militar informou que está adotando medidas para cumprir as ordens de prisões dos demais policiais. Segundo o coronel Ilton Borges, as investigações apontaram que o tenente coronel Foresti, que trabalhava no centro de despacho de viaturas, desde o início do movimento, fez manifestações de apoio aos policiais com divulgação de vídeos nas redes sociais.

Já o capitão Assunção teve participação presencial nas entradas dos quartéis e divulgação de mensagens de apoio nas redes sociais.

No sábado, o Estado mostrou que o motim contou com o apoio de um grupo aliado de Bolsonaro no Espírito Santo. O secretário de Controle e Transparência do Espírito Santo, Eugênio Ricas, disse que há indícios claros de que o movimento foi de “fachada” motivado por interesses políticos e econômicos.

‘Terrorismo digital’. Sem citar nomes, o secretário afirmou que o Espírito Santo viveu um quadro de “terrorismo digital” por meio da disseminação de informações falsas e boatos com o objetivo explícito de colocar a população em pânico, paralisar o transporte público e fechar o comércio. Segundo Ricas, 80% das mensagens partiram de pessoas e redes de fora do Estado.

“O que se espera de um movimento como esse que toda a movimentação seja do Estado, principalmente dos policiais, mas não foi o que aconteceu”, disse. O secretário informou que há indícios robustos dos interesses políticos e econômicos por trás do movimento. Dados pessoais do secretário e de seus familiares foram invadidos e disseminados por e-mail durante o fim de semana. “Fica evidente a ousadia desse grupo e o que eles são capazes”, afirmou. Na sua avaliação, pode ter havido crime contra as leis de Segurança Nacional e de Terrorismo.

SISTEMA PRISIONAL

Presos há oito meses sem tornozeleiras

Contrato do governo com empresa que fornecia equipamento foi cancelado

▄ **PATRICIA SCALZER**
pcscalzer@redgazeta.com.br

Os presos provisórios do sistema prisional no Espírito Santo estão há oito meses sem receber tornozeleiras eletrônicas. Esses detentos são aqueles que aguardam julgamento, e a tornozeleira era utilizada para monitorar e garantir que o acusado se apresentasse à Justiça quando solicitado. O Estado está sem o equipamento porque em julho do ano passado o contrato com a

empresa que fornecia o serviço foi cancelado.

Na época, o secretário de Justiça, Wallace Pontes, destacou que o serviço realizado pela empresa não estava sendo satisfatório. Cerca de 25% dos 1.440 aparelhos instalados apresentaram problemas ou sumiram, resultando em uma

indenização de R\$ 1,5 mil por tornozeleira à empresa contratada.

Mas, apesar do contrato com a empresa ter sido cancelado, 115 pessoas, que já usavam tornozeleiras na época da rescisão, continuam sendo monitoradas pela prestadora de serviço.

De acordo com a Coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais, Gisele Souza de Oliveira, a falta da tornozeleira eletrônica reduz o leque de opções que o juiz pode usar como alternativa à prisão provisória.

Essa situação é analisada em cada caso concreto, de modo que em algumas si-



MARCELO PREST - 30/04/2015

A tornozeleira é uma alternativa à prisão de pessoas que aguardam julgamento

tuações o juiz mantém o réu preso e em outras ele pode substituir o monitoramento eletrônico por outras medidas e conceder a liberdade provisória. Tudo vai depender da gravidade da natureza do crime, dos antecedentes do réu e outros elementos do processo.

Entretanto, a juíza diz que a tornozeleira eletrônica é uma das alternativas mais eficientes e sua falta tem consequência no número de prisões.

OUTRO LADO

Nova licitação será aberta em breve

▄ Por nota, a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), informou que a secretaria não está recebendo determinações judiciais para instalação de novos equipamentos, já que o Poder Judiciário Estadual

foi informado sobre os problemas enfrentados com a empresa que fornece as tornozeleiras eletrônicas. Comunicou também que uma licitação para contratação de uma nova empresa será aberta em breve.

AINDA FUNCIONA

115

pessoas

Esse é o número de presos que continuam sendo monitorados.

SUPERFATURAMENTO

Cinco investigados viram réus na fraude dos repelentes

NESTOR MÜLLER/DIVULGAÇÃO

Ex-subsecretário de Saúde e ex-servidora da Sesa estão entre os denunciados

▲ **KATILAINE CHAGAS**
kchagas@redgazeta.com.br

Cinco acusados de participarem de esquema de fraude milionária em compra de repelentes pela Secretaria de Estado de Saúde (Sesa) viraram réus com a decisão da Justiça de acolher denúncia do Ministério Público do Espírito Santo (MPES).

O esquema e a conclusão das investigações foram divulgados com exclusividade por A GAZETA. Os réus são o ex-subsecretário de Saúde José Hermínio Ribeiro, sua ex-secretária Deisiany Klippel da Silva, a gerente comercial da Silvestre Labs, Jocilene da Silva Pinheiro, que fazia a cotação e oferta dos produtos, e os sócios Mauro Roberto Cardoso Torres e Paulo Roberto Ventura Maciel, da MPX - Consultoria, Comércio e Representações.

Segundo as investigações do Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nuroc), o mentor do esquema era o ex-subsecretário de Saúde, que



Repelentes da Silvestre Labs foram comprados pelo Estado com preço acima do mercado no início do ano passado

foi preso durante as investigações, mas, depois, liberado.

Ele preparou o termo de referência para a compra, com as especificações do produto, de próprio punho, empenhou-se em viabilizar e agilizar todas as etapas, indo além de suas atribuições, e aumentou o limite de unidades a serem compradas, de 50 mil para 75 mil. Além disso, estabeleceu um percentual de princípio ativo do produto para

PF solicita cópia da denúncia

▲ A Polícia Federal (PF) solicitou e vai receber uma cópia da denúncia relativa à compra superfaturada de repelentes. A liberação das informações foi autorizada pela juíza da 4ª Vara Criminal

de Vitória, Gisele Souza de Oliveira. A PF não confirma que haja uma investigação federal em curso sobre o assunto. Mas os recursos utilizados na compra dos repelentes eram da União.

eliminar outras empresas da concorrência.

A MPX - Consultoria é acusada de fornecer lau-

do para consolidar a vitória da Silvestre Labs como a fornecedora dos repelentes.

ESQUEMA

Em janeiro do ano passado, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) comprou 75 mil unidades de repelentes com princípio ativo DEET 8% pelo valor de R\$ 1.762.500 ou R\$ 23,50 por cada frasco.

O valor unitário era quase três vezes o preço do produto comprado pela Prefeitura da Serra, de R\$ 8,80. Os dois produtos foram adquiridos na mesma época, com mesmo princípio ativo e volume.

Dois ficam fora de denúncia

▲ Por falta de provas, a Justiça arquivou as acusações contra o empresário Luís Eduardo da Cruz, da Silvestre Labs, laboratório que vendeu o repelente com valor bem acima do mercado, e de Marcelo Dassiê, ex-chefe do Núcleo Especial de Compras e Licitações da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

Eles haviam sido iniciados pelo Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nuroc), que encaminhou o relatório para o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) oferecer ou não denúncia.

O pedido de arquivamento dos casos contra o empresário e o funcionário público foi feito pelo próprio MPES, que não identificou elementos suficientes para oferecer denúncia contra os dois. "Proceda-se à exclusão de seus nomes dos sistemas judiciais", concluiu a juíza Gisele Souza de Oliveira, em decisão do último dia 23 de março.

RELEMBRE O CASO

O ESQUEMA

▼ O que é

Os réus são acusados de participarem de esquema de superfaturamento na compra de repelentes pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Em janeiro do ano passado, a secretaria comprou 75 mil unidades de repelentes com princípio ativo DEET 8% pelo valor de R\$ 1.762.500 ou R\$ 23,50 cada.

▼ Comparação

A Prefeitura da Serra comprou, na mesma época, repelentes pelo valor unitário de R\$ 8,80, de marca diferente, mas com mesmo princípio ativo e mesmo volume.

▼ Os réus

José Hermínio Ribeiro, ex-subsecretário de Saúde acusado de ser

mentor do esquema; Deisiany Klippel da Silva, ex-secretária de José Hermínio; Jocilene da Silva Pinheiro, gerente comercial da Silvestre Labs, fazia a cotação e oferta dos produtos; e os sócios Mauro Roberto Cardoso Torres e Paulo Roberto Ventura Maciel, da empresa MPX - Consultoria, Comércio e Representações, apontada como fornecedora de laudo para consolidar a vitória da Silvestre Labs como a fornecedora dos repelentes para a Sesa.

▼ Líder

O ex-subsecretário é acusado de ser o mentor do esquema. Pela ação, ele orquestrou o termo de referência para a compra, com as especificações do produto, de próprio



José Hermínio foi preso em agosto do ano passado

punho, esforçou-se para viabilizar todas as etapas e aumentou o limite de unidades a serem compradas, de 50 mil para 75 mil. Além disso, estabeleceu um percentual de princípio ativo do produto para inviabilizar a

▼ Arquivados

O Ministério Público pediu o arquivamento, e a Justiça acatou, das acusações contra o empresário Luís Eduardo da Cruz, da Silvestre Labs, e de Marcelo Dassiê, ex-chefe do Núcleo Especial de

Compras e Licitações da Sesa. O MPES não identificou elementos suficientes para oferecer denúncia contra os dois.

INVESTIGAÇÕES

▼ Fraude

Após as denúncias de A GAZETA, a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) iniciou investigações, transferidas posteriormente para o Nuroc após constatação de ações criminosas.

▼ Operação

A Operação Alquimia, deflagrada pelo Nuroc, expôs e esquema. O ex-subsecretário foi então preso, e documentos apreendidos por policiais em sua casa ajudaram a comprovar o esquema. Ele foi liberado da prisão depois pela Justiça.

OUTRO LADO

Prestação de esclarecimentos

▲ A Silvestre Labs informou por nota que está colaborando com as investigações e prestando todos os esclarecimentos necessários à Justiça. O contato de telefone, relacionado nas investigações ao ex-subsecretário de Saúde José Hermínio Ribeiro, dá mensagem de número inexistente. Deisiany Klippel, ex-secretária de José Hermínio na época da licitação, não quis comentar a decisão judicial. A reportagem tentou contato com a MPX - Consultoria por telefone e por e-mail mas ninguém atendeu e não houve retorno.

POLÍCIA CIVIL

Convocados 24 anos após aprovação

Pontuação de concurso aberto em 1993 foi contestada na Justiça e agora mais 18 aprovados foram chamados

Fernando Bianchi

Após mais de duas décadas, candidatos aprovados no concurso da Polícia Civil do Espírito Santo, aberto em 1993, estão realizando o sonho de, finalmente, assumir seus cargos.

Desde a divulgação do resultado, diversos candidatos entraram com ações judiciais questionando a pontuação final do concurso, sendo que vários deles conseguiram na Justiça a convocação.

Em dezembro do ano passado, o Tribunal de Justiça do Estado (TJES) decidiu que mais 56 investigadores aprovados no concurso de 1993 têm o direito de as-

sumir seus cargos.

Ontem, o Diário Oficial do Estado publicou a convocação de 18 dos 56 candidatos para entregarem documentos e passarem pela etapa de investigação social, necessária à posse do cargo.

Para o investigador da Polícia Civil Antônio Fialho Garcia Júnior, que acompanhou de perto o processo movido pelos novos colegas de profissão, a nomeação após 24 anos é uma conquista.

“Ganham não só os convocados, mas toda a sociedade, pois são mais policiais trabalhando”, disse.

Convocado para assumir o cargo, Marcelo Ravani, 48 anos, comemorou o resultado divulgado ontem.

“Eu era funcionário público em 1993, mas sempre quis ser policial, desde que servi o Exército, e por isso prestei o concurso”, conta ele.

“A minha expectativa é a melhor possível, tenho saúde, dinâmica, boa vontade. Vou assumir como se fosse na época. Sempre foi meu sonho”.

A ex-funcionária pública Quele Salarin, de 44 anos, deixou o emprego quando recebeu a notícia de que seria convocada para assumir o cargo de investigadora, após a decisão do TJ-ES.

“A ficha ainda está caindo, pois esperávamos ansiosamente por isso. Trabalhar na polícia é um sonho”, contou ela, que também foi convocada ontem.

A Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger) esclareceu que os convocados passarão por investigação social e, caso aprovados, terão 30 dias para assumir seus cargos.



POLICIAIS CIVIS: nomeações

ANTONIO MOREIRA/AT



GOVERNADOR Paulo Hartung assinou decretos acompanhado dos secretários Regis Mattos e André Garcia

SEGURANÇA PÚBLICA

Reforço de 311 radiopatrulhas para as polícias Civil e Militar

As polícias Civil e Militar vão ter um reforço de 311 novas radiopatrulhas ao longo deste ano, que vão substituir carros dos órgãos.

O governador Paulo Hartung assinou, na manhã de ontem, durante coletiva de imprensa no Palácio Anchieta, decretos para a compra de 185 carros para as polícias. Estiveram presentes na assinatura o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, e o secretário de Estado de Planejamento, Regis Mattos Teixeira.

Outros 126 veículos já foram adquiridos e devem ser entregues nos próximos meses ao Estado. Hoje, no Palácio Anchieta, já serão entregues 20 viaturas descaracterizadas para a Polícia Civil e mais duas radiopatrulhas para a Polícia Militar, que serão utiliza-

das no projeto Patrulha Maria da Penha nos municípios de Cariacica e de Vila Velha.

Sobre a compra das 185 viaturas anunciadas ontem, o secretário de Estado da Segurança Pública, informou que serão 150 novos carros para a Polícia Militar, sendo 134 radiopatrulhas para o patrulhamento ostensivo e 16 caminhonetes para as Forças Táticas. A Polícia Civil receberá 35 carros.

Segundo o governador, o dinheiro usado na compra das novas radiopatrulhas vem de três fontes. Foram R\$ 2,9 milhões a partir de convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), mais R\$ 12 milhões que vieram do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros R\$ 2,083

milhões do Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil, a partir do superávit de 2016.

“São quase R\$ 17 milhões que vão possibilitar a aquisição de 311 novas viaturas. Vamos retirar as viaturas em uso e trocar por novas no Estado”, disse Hartung.

Pelo menos 53 novas radiopatrulhas devem estar circulando até o final de abril. A nova frota será para a substituição das radiopatrulhas antigas. A PM tem cerca de 1.500 radiopatrulhas.

INVESTIMENTOS

Além das viaturas, o governo destacou que está fazendo um investimento de R\$ 3 milhões no Hospital da Polícia Militar e lembrou a aquisição, em dezembro, de 3.554 coletes balísticos.

**MANIFESTAÇÃO** de cadeirantes

Cadeirantes protestam para pedir ônibus mais acessíveis

Cerca de 50 manifestantes – entre cadeirantes, cegos, surdos e mudos – protestaram em frente ao prédio do Ministério Público Estadual (MP-ES), na Enseada do Suá, em Vitória, na tarde de ontem.

Eles pediram o aumento da frota de ônibus tradicionais com acessibilidade, de veículos do sistema Porta a Porta e Mão na Roda, aumento no número de assentos destinados aos cadeirantes em ônibus do Transcol e a instalação de semáforos sonoros nas ruas.

O protesto seguiu para a Assembleia Legislativa, onde manifestantes discursaram em plenário.

O presidente do Movimento Organizado de Valorização da Acessibilidade, José Olímpio, foi recebido no MP-ES pela procuradora geral de Justiça, Elda Spedo. O MP-ES informou, em nota, que o movimento vai encaminhar as demandas por escrito ao órgão, que irá tomar as medidas cabíveis.

A Ceturb-GV afirmou que 98% dos ônibus do Transcol têm elevador, além da frota do Mão na Roda. A Prefeitura de Vitória informou que o Porta a Porta atende a 97% das viagens agendadas.

Prefeitura de Linhares é autorizada a sacar depósitos judiciais para pagar dívidas

Decisão do TJ-ES libera 70% dos recursos, cerca de R\$ 5,6 milhões, para serem usados pelo município. Dinheiro será usado para quitar precatórios.

Com os salários de dezembro de 2016 ainda em atraso, a Prefeitura de Linhares decidiu lançar mão de recursos depositados em juízo para tentar reequilibrar as contas. Com aval do Poder Judiciário, o município vai sacar cerca de R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 8 milhões que hoje possui em forma de depósitos judiciais.

A autorização foi publicada no Diário do Poder Judiciário desta segunda-feira (27), e é assinada pelo desembargador Annibal de Rezende Lima, presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). O montante disponível equivale a 70% do que a prefeitura possui em depósitos judiciais. O recurso foi solicitado pelo ex-prefeito Nozinho Corrêa (PRTB), quando ainda estava no comando do Executivo municipal. Segundo o secretário de Finanças de Linhares, Bruno Marianelli, o dinheiro vai ser usado para pagar precatórios de pessoas físicas e jurídicas acumulados durante a última gestão. Ele fez uma série de críticas à situação fiscal herdada, e diz que o recurso chega em boa hora.

“Estamos fechando ainda a prestação de contas de 2016, mas já chegamos a uma estimativa de R\$ 4 milhões em precatórios que o município deve. São valores que, se não fossem pagos, a Justiça poderia ‘sequestrar’ esse montante do nosso caixa, o que geraria um transtorno. Além disso, o que teríamos que pagar pode ser usado em outras áreas”, afirma.

Marianelli lembra que os servidores não receberam os salários de dezembro e que assumiu a pasta, em janeiro de 2017, com quatro meses de contas atrasadas. Desde janeiro, os gastos com pessoal estão sendo efetivados e o mês de dezembro foi parcelado, após acordo com os funcionários do município.

“Optamos por seguir o que diz a lei, que coloca esses recursos de depósitos judiciais disponíveis o pagamento de precatórios. Não sei se o gestor anterior iria usar dessa forma. Estamos tentando recuperar a credibilidade do município, cortamos comissionados, colocamos metas de redução de gastos nas secretarias. Estamos trabalhando com a máxima cautela possível”, disse o secretário. De acordo com Marianelli, tão logo o montante seja disponibilizado, os precatórios serão pagos. Os outros 30% do valor referentes aos depósitos em juízo vão permanecer em um fundo da instituição responsável por gerir o dinheiro.

A medida é garantida pela Lei Complementar 151, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), em 2015, que permite a Estados e municípios a utilizarem 70% dos depósitos judiciais. A Associação dos Magistrados Brasileiros questiona a decisão, justamente pela capacidade financeira de Estados e municípios em devolverem o valor quando houver uma sentença favorável ao credor, o uso é contestado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Delegacia tem média de um caso de tortura de crianças por mês em Vitória

Delegado responsável pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Lorenzo Pazolini, defende mudança na legislação.

Delegacia de proteção à Criança e ao Adolescente de Vitória registra uma média de um caso de pais que torturam filhos por mês, segundo o delegado titular, Lorenzo Pazolini.

“Um crime de tamanha gravidade tem uma pena considera baixa dentro da realidade do Brasil. É preciso haver um releitura desses casos, dessa pena, sobretudo alteração legislativa a fim de possibilitar que os operadores do direito possa trazer uma ação equivalente e proporcional a cada um dos acusados”, afirmou.

Exemplos

Um dos exemplos é de uma mulher que será indiciada pela Polícia Civil pela segunda vez por torturar a filha de 10 anos. O caso foi em novembro de 2015, e o Ministério Público pediu a prisão da dona de casa, na época com 34 anos. A Justiça não aceitou o pedido. Pazolini afirmou que vai fazer uma nova denúncia ao MPES.

De acordo com o delegado, a criança pegou um real para comprar um pirulito e foi queimada nas mãos, no rosto e no peito. “Assim que a vítima retornou, ela usou utensílios domésticos, como facas, garfos e colheres, colocou no fogo e encostou no corpo da criança”, relatou o delegado. Segundo Pazolini, o pai da criança também pode responder pelo crime de tortura porque ele tinha o dever legal de agir em defesa da filha.

O delegado ainda comentou a condenação de dois anos e quatro meses de prisão para uma professora que obrigava a filha de nove anos a fazer os serviços de casa enquanto ela ia para a academia.

Quando a mãe chegava, se achasse que a casa não estava bem limpa, agredia a filha. Ela foi presa em novembro de 2015. “Ela está cumprindo pena em regime aberto, mas é uma condenada, e já não é mais primária. Ela foi condenada por tortura”, disse o delegado.

A professora ficou um ano presa, mas agora cumpre pena em liberdade. Ela trabalha no ensino infantil em Cariacica, onde é concursada. A prefeitura disse que a condenação criminal não atinge a função pública.